



A OFENSIVA FASCISTIZANTE DO SEGMENTO EVANGÉLICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2019-2022)¹

Luiza Colombo²

Resumo

O artigo analisa a atuação de representantes da chamada nova pedagogia da hegemonia evangélica no governo bolsonarista (2019-2022), especificamente na ocupação do Ministério da Educação (MEC). Nesse sentido, o relevo foi dado às aproximações e tensionamentos do segmento evangélico em relação aos outros grupos políticos que fizeram parte do governo – como os militares e a ala olavista – assim como em relação aos grupos não governistas. Com base no arcabouço teórico gramsciano e na concepção de Estado ampliado (integral) como ferramenta teórico-metodológica, a pesquisa concluiu que os ministros da Educação atuaram em prol da realização da política de militarização das escolas e a defesa da legalização e da regulamentação da política de Educação Domiciliar, e que estas foram interfaces da nova pedagogia da hegemonia evangélica e do projeto bolsonarista de fascistização.

Palavras-chave: Ministério da Educação. Políticas Educacionais. Evangélicos. Bolsonarismo. Fascismo.

THE FASCIST OFFENSIVE OF THE EVANGELICAL SEGMENT IN BRAZILIAN EDUCATION: AN ANALYSIS FROM THE MINISTRY OF EDUCATION (2019-2022)

Abstract

ABSTRACT: The article analyzes the performance of representatives of the so-called new pedagogy of evangelical hegemony in the Bolsonaro government (2019-2022), specifically in the occupation of the Ministry of Education (MEC). In this sense, emphasis was given to the approximations and tensions of the evangelical segment in relation to other political groups that were part of the government – such as the military and the olavist wing – as well as in relation to non-government groups. Based on Antonio Gramsci's Marxist theoretical framework and the concept of the expanded (integral) state as a theoretical-methodological tool, the research concluded that the Ministers of Education acted in favor of implementing the policy of militarization of schools and defending the legalization and regulation of the policy of Home Education, and that these were interfaces of the new pedagogy of evangelical hegemony and the Bolsonarist project of fascistization.

Keywords: Ministry of Education. Educational Policies. Evangelicals. Bolsonarism. Fascism..

LA OFENSIVA FASCISTA DEL SEGMENTO EVANGÉLICO EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA: UN ANÁLISIS DEL MINISTERIO DE EDUCACIÓN (2019-2022)

Resumen

RESUMEN: El artículo analiza la actuación de representantes de la llamada nueva pedagogía de la hegemonía evangélica en el gobierno de Bolsonaro (2019-2022), específicamente en la ocupación del Ministerio de Educación (MEC). En este sentido, se dio énfasis a las aproximaciones y tensiones del segmento evangélico en relación con otros grupos políticos que formaban parte del gobierno -como los militares y el ala olavista-, así como en relación con grupos no gubernamentales. . Con base en el marco teórico Gramsciano y la concepción de un Estado ampliado

¹ Artigo recebido em 06/12/2024. Avaliação em 08/02/2025. Aprovado em 18/01/2025. Publicado em 25/02/2025

² Colégio Pedro II. E-mail: luiza.colombo@yahoo.com.br

(integral) como herramienta teórico-metodológica, la investigación concluyó que los Ministros de Educación actuaron a favor de implementar la política de militarización de las escuelas y defender la legalización y regulación de las escuelas. política de Educación en el Hogar, y que estas eran interfaces de la nueva pedagogía de la hegemonía evangélica y el proyecto bolsonarista de fascistización.

Palabras clave: Ministerio de Educación. Políticas Educativas. Evangélicos. Bolsonarismo. Fascismo.

INTRODUÇÃO

Na última década, no contexto do aprofundamento da crise orgânica do capital, observamos a emergência e o adensamento de uma ofensiva ultraliberal, ultraconservadora e reacionária no cenário das políticas públicas educacionais no Brasil, que tem ocorrido, entre outras maneiras, através da intensificação da atuação de líderes e igrejas evangélicas no âmbito do Estado ampliado (integral)¹. O segmento vem defendendo a agenda de implementação da ideologia que ficou conhecida como “escola sem partido” – em decorrência de sua sistematização e difusão através de um movimento de mesmo nome, articulado como base ideológica de uma rede de aparelhos privados de hegemonia (APHs)², de caráter explicitamente fundamentalista religioso ou não, que integram uma frente liberal-ultraconservadora na disputa de políticas educacionais no país (COLOMBO, 2018). É a partir dos interesses e da atuação das organizações dessa frente que vem ocorrendo a expansão dos processos de militarização das escolas públicas em todo o território nacional, o avanço da defesa da legalização e regulamentação da educação domiciliar e da complexificação e aprofundamento das políticas privatizantes por parte das associações e entidades empresariais.

¹ Ancoramo-nos nos estudos de Mendonça (2014) sobre o conceito gramsciano de Estado, quando ela que caracteriza que: “O conceito de Estado ampliado permite verificar a estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e, sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política). Gramsci supera o dualismo das análises que separavam e contrapunham a base à superestrutura, integrando sociedade política e sociedade civil numa só totalidade, em constante interação, no âmbito do que ele considerava as superestruturas.” (MENDONÇA, 2014, p.34). Compreendemos, portanto, que os movimentos oriundos da sociedade civil e da sociedade política se articulam dialeticamente, também correlacionados à dimensão estrutural. Assim, utilizamos o conceito de Estado Ampliado (ou “integral”, para usar o termo de Gramsci) como uma lente para compreender não somente as pautas e demandas presentes e ausentes nas expressões do Estado restrito, mas principalmente as disputas intraclasse, tanto a partir das correlações de forças observadas dentro do Estado restrito como fora dele, numa complexa trama de partidos e aparelhos privados de hegemonia, através de seus intelectuais que atuam como elo orgânico entre a estrutura e a superestrutura. Como operam no nível superestrutural (ideológico), no âmbito do Estado ampliado, reforçamos aqui o nosso foco na dimensão superestrutural na presente análise sobre a atuação das igrejas e líderes evangélicos, considerando a dimensão estrutural de maneira dialética.

² Aparelhos privados de hegemonia (APHs) são organizações da sociedade civil responsáveis por realizar as tarefas históricas que cabem aos intelectuais orgânicos, de acordo com Gramsci (2020), de formular, sistematizar e difundir a concepção de mundo de sua classe, visando a constituição ou a manutenção de hegemonia. Têm por objetivo formar para o consenso de acordo com os interesses privados de classe e frações de classe que os dirigem.

Já em 2018, no período das eleições presidenciais, tal cenário de disputas se adensou com a difusão do projeto bolsonarista de fascistização. Para a definição de “bolsonarismo”, utilizamos como referência pesquisadores (CALIL, 2020, 2021a; LOWY, 2020; HOEVELER, 2020; MATTOS, 2020 e outros) que têm utilizado a categoria de análise fascismo (ou neofascismo) para pensar o bolsonarismo nos marcos de uma análise global. Assim, nosso enfoque foi compreender o bolsonarismo (em suas múltiplas dimensões) enquanto elemento intrínseco do que compreendemos como “processo de fascistização” (POULANTZAS, 2021) no Brasil contemporâneo, considerando também a perspectiva florestaniana na análise da condição enquanto país de capitalismo dependente e periférico. É importante destacar que, na condução desse processo, dentre os diferentes grupos que compuseram o governo Bolsonaro, concordamos com Calil (2020) e com Mattos (2020), quando os autores identificaram os três principais: a) os militares; b) os ultraneoliberais; e c) os olavistas e fundamentalistas evangélicos. Segundo os autores, estes grupos convergiram em alguns momentos para apoiar determinadas linhas políticas do governo, revelando “componentes neofascistas” do governo Bolsonaro, ainda que um regime neofascista (político ou da forma de dominação adotada pelo Estado) não tenha sido instituído.

A partir do nosso referencial e análise, consideramos que o projeto bolsonarista de fascistização pode ser caracterizado por designar “a esquerda” (ou “o comunismo”) como o principal inimigo a ser destruído em torno da justificativa de “defesa da família”, produzindo e difundindo o culto à violência, o negacionismo científico, o nacionalismo autoritário e conservador, a agenda contrária a políticas defendidas por movimentos sociais feministas, antirracistas e de luta por direitos de pessoas LGBTQIAPN+. Para a realização deste projeto fascitizante, percebemos que o bolsonarismo fez uso da mesma gama de estratégias que Konder (2009) identificou na caracterização do fascismo em seu sentido clássico: do “pragmatismo radical” (da subordinação e instrumentalização circunstancial da teoria); da construção do “mito da nação” como “valor supremo”; do “nacionalismo”, essencialmente “populista” e “defensivo”; do “chauvinismo”; dos “métodos modernos de propaganda” através de discursos enérgicos de “*agitação*”; do financiamento com a direção do grande capital financeiro, embora a base social seja a pequena burguesia (KONDER, 2009, p. 27-52, grifo do autor). Além disso, também destacamos o apontamento de Mattos (2020) e Calil (2020, 2021), de que o bolsonarismo pode ser caracterizado pelo uso do olavismo³ para conferir sentido a sua ação política, como base

³ Ideias articuladas e totalizantes do intelectual orgânico de extrema direita, Olavo de Carvalho (1947-2022), situadas

ideológica. Com esse amplo receituário ideológico, Bolsonaro passou a ser o rosto público da expressão da extrema direita fascistizante, dando uma nova face à chamada “nova direita” (CASIMIRO, 2020) a partir de 2018, sem desconsiderar, contudo, outro conjunto de forças também dentro da nova direita que segue concomitantemente, entre tensões e aproximações ao bolsonarismo, no interior das disputas intraburguesas na luta de classes.

Em relação as estratégias de mobilização para a adesão ao projeto fascistizante, em nosso trabalho a ênfase de análise se concentrou na relação umbilical do bolsonarismo com o segmento evangélico⁴ desde as manifestações de massas da extrema direita em 2015 e 2016, quando os evangélicos de todo o país foram convocados ao que poderíamos chamar de cruzada pró-impeachment em defesa da “família” e da “nação”, em perspectiva fascistizante de aniquilação do “inimigo”. Em outras palavras, nosso trabalho teve foco o traço ideológico que ganhou nova centralidade, desde esse período embrionário: da mobilização pelo medo, pelo pânico moral e pelo ódio, através do apontamento de supostos inimigos (todos aqueles que seriam relacionados ao “comunismo” que, por sua vez, seria relacionado às forças do Diabo) que deveriam ser aniquilados para salvaguardar a “nação” e a “família brasileira”. Foi notório o protagonismo da ala dirigente do segmento evangélico nesse processo de fascistização ao formular o ajuste e difundir a ideia de antipetismo (principalmente nas expressões via manifestações de rua) de forma circunscrita à “guerra espiritual”, adensada pelos pressupostos da Teologia do Domínio⁵. A

no interior do universo ideológico do fascismo. Segundo Calil, destaca-se “o anticomunismo, o antiliberalismo político, o chauvinismo, o intelectualismo, o militarismo, armamentismo e veneração ao líder.” (CALIL, 2021a, p. 74). Destacamos, ainda, o estudo de Penna e Salles (2017), que identificou como Olavo de Carvalho foi um intelectual orgânico *sui generis* na formulação, sistematização e difusão da ideologia escola sem partido.

⁴ Ressaltamos que compreendemos que não há homogeneidade no segmento evangélico. Há, inclusive, uma gama de movimentos evangélicos dissidentes, aqueles que não compactuam com o alinhamento do campo dominante do segmento aos interesses do grande capital (ou, no caso de nosso recorte, ao projeto bolsonarista de fascistização). Contudo, ainda que existam expressivas diferenças entre as igrejas e demais organizações religiosas evangélica em relação aos sentidos de democracia, cidadania, ética e participação política da sociedade civil nos marcos da superestrutura neoliberal, direcionamos o nosso foco para a análise daquilo que foi expresso como prioritário para os aparelhos hegemônicos e intelectuais orgânicos que dirigiram e representaram, de forma majoritária, o segmento no âmbito do Estado ampliado no período analisado. Nesse sentido, em 2018, observamos a escolha e a ofensiva em prol candidatura de Jair Bolsonaro de maneira uníssona (especialmente no segundo turno) pela parcela hegemônica das igrejas históricas renovadas (pentecostalizadas), pentecostais e neopentecostais, o que representou o elo intrínseco das ideologias e aparelhos privados de hegemonia evangélicos com a própria constituição do bolsonarismo (enquanto ideologia, movimento e liderança).

⁵ A Teologia do Domínio – *Dominion Theology*, termo forjado nos Estados Unidos nos anos 1980 – “envolve tudo o que se refere a luta do cristão contra o Diabo”, neste caso também relacionada, especialmente, à batalha permanente contra demônios específicos, os chamados espíritos territoriais e hereditários – no Brasil identificados aos santos católicos e às entidades mediúnicas (MARIANO, 2014, p. 137). Neste sentido, é uma nova concepção da ideia difundida pelo segmento evangélico como “batalha espiritual” (ou “guerra espiritual”), que seria uma “batalha” permanente entre Deus e o Diabo pelo domínio da humanidade (Ibid., p. 109-146), o que também implica em concepções de “bem” e “mal que derivam do dualismo hierárquico presente no cerne da doutrina cristã (MARIANO,

isso, já no período eleitoral, somou-se o alinhamento explícito ao projeto fascistizante, no âmbito do Estado ampliado, cuja inclinação ideológica foi exprimida no apoio uníssono à candidatura de Jair Bolsonaro. No primeiro e no segundo turno, através do apoio oficial de líderes das maiores igrejas evangélicas do país; no segundo turno, através do apoio oficial da Frente Parlamentar Evangélica e, em seguida, na ocasião da publicação do documento Manifesto à Nação (FRENTE PALAMENTAR EVANGÉLICA, 2018).

Nesse contexto, tornou-se fundamental o estudo dos elementos ideológicos e da atuação dos intelectuais orgânicos⁶ voltados aos interesses da chamada nova pedagogia da hegemonia evangélica, que é “inflexionada pelo neoliberalismo e, ao mesmo tempo, alimenta tal projeto de sociabilidade através da Teologia da Prosperidade e da Teologia do Domínio, servindo aos interesses do grande capital, nos marcos do capitalismo dependente e periférico no contexto brasileiro” (COLOMBO, 2023, p. 04). Para contribuir com estas reflexões, o principal objetivo do presente trabalho foi analisar essa atuação no âmbito da sociedade política, mas especificamente através da ocupação de cargos de alto e médio escalão no Ministério da Educação (MEC). Como objetivo específico buscamos identificar, a partir da análise crítica das aproximações e tensionamentos, as possíveis interfaces expressas no MEC dos interesses **do projeto de hegemonia evangélico e do projeto bolsonarista de fascistização**.

Apresentamos o levantamento do perfil de todos os ministros da Educação do período, assim como destacamos ações, alianças, projetos e programas relativos aos interesses do segmento evangélico, associados à ideologia escola sem partido, que marcaram a condução das políticas educacionais de cada um. Em suma, buscamos identificar quais aspectos ideológicos e quais políticas – entre as que foram indicadas como perspectiva de programa de governo fascistizante por parte dos representantes evangélicos no Congresso Nacional – foram de fato a

2003). Essa nova concepção (radicalizada), que fundamenta a ideia de que “inimigos” (tal como caracterizam “comunistas”, “feministas”, pessoas LGBTQIAPN+, dentre outros) precisam ser permanentemente combatidos, foi trazida ao país no início dos anos 1990 e penetrou amplamente nas igrejas de todas as variantes do pentecostalismo (especialmente as neopentecostais), assim como nos demais setores evangélicos históricos renovados e nas instituições paraeclesiais.

⁶ Compreendemos tais representantes dos interesses políticos e econômicos das maiores igrejas evangélicas do país como intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2020), uma vez que identificamos em sua atuação os papéis de formuladores, sistematizadores e difusores da religiosidade evangélica enquanto ideologia implicada em um projeto de hegemonia comum. Para tal feito, em posse dos ministérios, utilizaram uma robusta estrutura de recursos financeiros e de funcionários para a implementação e realização, através de políticas públicas de governo (de acordo com tais interesses privados), de diversificadas estratégias de articulação e alinhamento político, além de propaganda e proselitismo religioso.

orientação do MEC.

OS MINISTROS DA EDUCAÇÃO A SERVIÇO DA NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA EVANGÉLICA

Muitos tentam nos deixar de lado dizendo que o estado é laico. O estado é laico, mas nós somos cristãos. Ou para plagiar a minha querida Damares [Alves]: Nós somos *terrivelmente cristãos*. E esse espírito deve estar presente em todos os poderes. Por isso o meu compromisso: poderei indicar dois ministros para o Supremo Tribunal Federal. Um deles será *terrivelmente evangélico*. (Trecho de discurso de Jair Bolsonaro durante culto evangélico organizado pela FPE na Câmara dos Deputados, em 10 de julho de 2019, grifo nosso).⁷

Ao assumir o governo, Jair Bolsonaro cumpriu o pacto estabelecido com os líderes evangélicos desde o período da candidatura: atuou em prol de seus interesses. Entre as estratégias empregadas, nomeou intelectuais orgânicos desse segmento religioso para a composição do poder Executivo. Dessa maneira, identificamos que, dos 23 ministérios do governo bolsonarista⁸, 10 foram liderados por representantes evangélicos (por um período determinado ou durante todo o governo). Em outras palavras, esses dados indicam que 43,5% do primeiro escalão do Executivo foi constituído (por um período ou permanentemente) por intelectuais orgânicos evangélicos. Estes, uma vez aliados ao governo, formaram uma corrente de dirigentes das políticas fascistizantes a partir de suas ideologias religiosas reacionárias, ultraconservadoras e fundamentalistas. Foram, neste sentido, intelectuais-chave para o adensamento e robustecimento do processo de fascistização observado no período.

Neste sentido, observamos esta presença no levantamento de informações sobre os cinco ministros que ocuparam a direção do Ministério da Educação. No Quadro 1 – Ministros da Educação (2019-2022), a seguir, observa-se o levantamento sobre determinados aspectos do perfil de cada um.

⁷ Trecho do discurso obtido de forma transcrita em “Bolsonaro diz que vai indicar ministro ‘terrivelmente evangélico’ para o STF”, disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>. Acesso em: 01 jul. 2023.

⁸ O governo teve início com 22 ministérios. Depois, perdeu o Banco Central (que se tornou autônomo) e criou outros dois (das Comunicações e de Trabalho e Previdência), totalizando 23.

QUADRO 1 - Ministros da Educação (2019-2022)						
Nome	Religião / Igreja	Formação	Fração	Sociedade-Civil	Ocupações anteriores na sociedade política	Observações
Ricardo Velez Rodrigues 01/01/2019 - 08/04/2019	“Cristão” (Apresenta-se dessa forma em seu site pessoal oficial, sem determinar religião ou igreja).	Doutorado em Filosofia (Univ. Gama Filho, RJ); Mestrado em Filosofia (PUC-Rio, RJ); Graduação em Teologia (Seminário Conciliar de Bogotá, Colômbia); Licenciatura em Filosofia (Pontifícia Universidade Javeriana, Bogotá, Colômbia).	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) (membro do Conselho Técnico).	Instituto Liberal (membro); Academia Brasileira de Filosofia (membro); Faculdade Arthur Thomas (Londrina, PR) (professor); Academia de Letras de Londrina (PR) (membro); Clube da Aeronáutica do Rio de Janeiro (ex-professor).	Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) (professor emérito e ex-membro do conselho da Biblioteca do Exército; Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (Organização Militar, Rio de Janeiro) (ex-professor).	Teve formação inicial na Teologia da Libertação e integrou grupos de esquerda católicos de inspiração trotskista (anos 1960 e início dos anos 1970), até o ingresso na PUC-Rio, onde tornou-se liberal-conservador.
Abrahan Bragança de Vasconcellos Weintraub 09/04/2019 - 16/06/2020		Mestrado em Administração (FGV, RJ); Graduação em Ciências Econômicas (USP).	Banco Mundial (diretor executivo do 15º Distrito do Conselho Administrativo, 2020-2022); Banco Votorantim (ex-economista-chefe e ex-diretor);	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) (ex-professor).	Secretário-executivo do Ministério da Casa Civil (2019).	Filiações partidárias: PMB (2022-atual).

			Votorantim Corretora (Brasil) e Votorantim Securities (EUA e Inglaterra) (ex- diretor executivo); BM&F Bovespa (ex- membro do Comitê de Negociação); Quest Investimentos (ex-sócio).			
Carlos Alberto Decotelli da Silva Nomeado em 25/06/2020, mas não tomou posse. O cargo ficou oficialmente vago de 20/06/2020 a 15/07/2020.	Evangélico (presbiteriano)	Mestrado em Administração (FGV/EBAPE , RJ); Bacharelado em Ciências Econômicas (UERJ).	_____	FGV (ex- colaborador)	Marinha do Brasil (Reserva de 2ª Classe); Fundo Nacional de Desenvolviment o da Educação, FNDE (presidente em 2019); Escola de Guerra Naval, EGN (ex- professor do Centro de Jogos de Guerra).	_____
Milton Ribeiro 16/07/2020 - 28/03/2022	Evangélico/ Igreja Presbiteriana Jardim da Oração de Santos	Doutorado em Educação (USP); Mestrado em Direito Constitucional (Univ. Presbiteriana	_____	Igreja Presbiteriana Jardim da Oração de Santos (pastor); Univ. Presbiteriana	Militar da reserva do Exército Brasileiro (2º tenente da Infantaria); Membro da Comissão de	_____

		Mackenzie; Graduação em Teologia (Seminário Presbiteriano do Sul); Graduação em Direito (Instituto Toledo de Ensino).		Mackenzie (ex-vice-reitor;	Ética Pública da Presidência da República (2019).	
Victor Godoy Veiga 29/03/2022 - 31/12/2022		Pós-Graduação em Altos Estudos em Defesa Nacional (Escola Superior de Guerra -ESG); Graduação em Engenharia (UnB).		Working Group on Bribery (WGB, OCDE, como membro da delegação brasileira; 2018-2020).	Secretário-executivo do MEC (2020-2022); Auditor Federal de Finanças e Controle da CGU (servidor de carreira).	

Elaboração própria. Fonte: (ver nota)⁹.

O primeiro ministro, Ricardo Vélez Rodrigues, colombiano e nacionalizado brasileiro em 1997, de extrema direita, olavista, representante dos interesses da frente de direita liberal-ultraconservadora, foi nomeado em meio às disputas decorrentes da indicação inicial do nome de Mozart Neves Ramos, representante dos interesses da frente de direita social-liberal. Na época, Mozart Neves era diretor de articulação e inovação do Instituto Ayrton Senna (IAS), ex-presidente executivo do Todos Pela Educação (TPE), ex-secretário de educação de Pernambuco, professor e ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ex-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES),

⁹ As informações contidas no quadro foram obtidas a partir das seguintes fontes primárias: currículos dos ex-ministros disponibilizados pelo MEC (exceto o caso de Decotelli); sites e perfis oficiais pessoais ou profissionais nas redes sociais *Instagram* e *Facebook* (informações autodeclaradas); e artigos de jornalismo investigativo das organizações Agência Pública, The Intercept Brasil e Religião e Poder. Somente foram consideradas as informações obtidas e verificadas em mais de um meio e que não apresentaram contradição após o processo de cruzamento dos dados obtidos nas diferentes fontes. O levantamento desses dados ocorreu no período de maio de 2019 a abril de 2023. Quando não foi possível identificar as informações, o espaço referente foi preenchido por um traço.

ex-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e ex-membro do Conselho Nacional de Educação (órgão colegiado que integra o MEC). Neste sentido, dada a representatividade contida no primeiro nome indicado, para compreendermos o peso do nome de Vélez Rodríguez e o seu papel dentro das estratégias de governo, é necessário apontarmos o teor das disputas envolvendo ambos.

Em novembro de 2018, Jair Bolsonaro, já eleito, realizou um convite a Neves para ser ministro da Educação. Segundo reportagem do Jornal Estadão, durante e depois das eleições, Neves esteve ao lado da presidenta do IAS (a empresária Viviane Senna, também fundadora e presidente do comitê técnico do TPE) em todas as reuniões realizadas entre o IAS e Bolsonaro e sua equipe.¹⁰

Após a veiculação midiática do nome de Neves, o segmento evangélico, representado especialmente pela FPE, reagiu, rejeitando a indicação. As duas principais questões colocadas nos argumentos foram a contrariedade de Neves ao que chama de “projeto Escola Sem Partido” e ao que chama de “ideologia de gênero”. Trazemos dois exemplos da reação do segmento através de seus representantes parlamentares. Em entrevista concedida à mesma reportagem do Estadão, o então deputado federal Ronaldo Nogueira (PTB/RS, ex-ministro do Trabalho do governo do ex-presidente Michel Temer), pastor da Assembleia de Deus, declarou que não haveria afinidade ideológica entre os interesses da “bancada evangélica” e Neves, uma vez que os temas cruciais para a bancada eram “o Escola Sem Partido e a ideologia de gênero”: “Pelo que é sabido, ele tem um posicionamento ideológico totalmente diferente dos conceitos e princípios da bancada evangélica” (RONALDO NOGUEIRA, 2018). A outra reação que destacamos foi a do então deputado federal Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ), também membro da igreja Assembleia de Deus, que depois tornou-se presidente da FPE em 2022. Ele declarou que os parlamentares evangélicos levaram a Bolsonaro o veto ao nome de Mozart por avaliarem que ele seria um representante da “esquerda”.¹¹

Outro intelectual orgânico que entrou em cena para pressionar pela retirada do nome de Neves foi Olavo de Carvalho. Em uma de suas redes sociais (*Facebook*), por exemplo, declarou:

¹⁰ Informações obtidas em “Mozart Neves será o ministro de educação de Bolsonaro”, disponível em <https://www.estadao.com.br/educacao/blog-renata-cafardo/mozart-neves-sera-o-ministro-de-educacao-de-bolsonaro/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

¹¹ Declaração de Cavalcante obtida em “Bancada evangélica testa poder de veto na montagem do Governo Bolsonaro”, disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/22/politica/1542918336_841889.html. Acesso em: 08 ago. 2023.

“Mozart [Neves] Ramos cotado para o MEC é palhaçada! Ele vai manter a estrutura da educação no mesmo rumo. Mozart é favorável à ideologia de gênero [...]” (OLAVO DE CARVALHO, 2018). Após a rejeição do segmento evangélico ser explorada pelos jornais de maior circulação da grande mídia – o que consideramos ter indiretamente aumentado a visibilidade da reivindicação e, conseqüentemente, aumentado a pressão exercida pelo segmento – Bolsonaro declarou que o convite não ocorrera e, contrariando a fala de Neves, que sustentou que o convite foi realizado, disse que aquilo se trataria de uma *fake news* (notícia falsa).¹²

Nesse contexto, Bolsonaro indicou Ricardo Vélez Rodríguez, que não era o nome indicado pelo segmento evangélico – que tentou emplacar, sem êxito, o nome do procurador regional do Distrito Federal, Guilherme Schelb.¹³ O nome de Rodríguez surgiu a partir da indicação do próprio Olavo de Carvalho, a quem o então indicado se reportava como “professor” e “amigo” (RODRÍGUEZ, 2018). Compreendemos que a opção por esse terceiro nome, que não era propriamente evangélico, mas liberal-ultraconservador, olavista e implicado na aliança a tal segmento, foi uma tentativa de aplacar a insatisfação desses intelectuais orgânicos e a repercussão midiática em torno do caso. Ao mesmo tempo, engenhosamente, não trouxe os holofotes da grande mídia para o que seria a indicação de uma liderança propriamente evangélica para o MEC (o que somente veio a ocorrer, depois, com a indicação do pastor Milton Ribeiro). Desse modo, em meio ao contexto de disputas apresentado, o olavista foi empossado.

Antes de ser ministro, em 2017, em seu blog pessoal, na véspera de 7 de setembro (feriado nacional do “Dia da Independência”), Rodríguez publicou um texto de sua autoria (RODRÍGUEZ, 2017), no qual atribuiu o sentido de independência do país (vinculado ao sentido liberal de liberdade individual) ao que seriam os projetos “República sem bambu”¹⁴ e “Escola

¹² Depoimento de Neves obtido através de entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, reproduzida e disponível em: <https://exame.com/brasil/mozart-neves-fui-convidado-para-o-mec-bolsonaro-disse-que-foi-fake-news/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

¹³ Informação sobre a indicação de Guilherme Schelb pelo segmento evangélico obtida em ““Anti-marxista’ indicado por Olavo de Carvalho será ministro da Educação”, disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/22/politica/1542910509_576428.html. Acesso em: 11 ago. 2023. Schelb é um intelectual orgânico da ideologia escola sem partido e, desde 2004, é dono (e fundador) da empresa GS Centro de Educação e Prevenção da Violência Infantojuvenil Ltda, que realiza formação de educadores (evangelizadores) através de um programa intitulado “Cristãos pela Infância”. Até 2016, foi também membro da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE). Informações sobre o procurador levantadas por nós no site da própria empresa de Schelb e em “Nota de Imprensa” publicada no site da ANAJURE, respectivamente disponíveis em <https://infanciaefamilia.com.br/projeto-cristaos-pela-infancia/> e <https://anajure.org.br/nota-de-imprensa-anajure-informa-que-guilherme-schelb-nao-faz-parte-da-entidade-e-nao-foi-indicado-ao-ministerio-da-educacao/>. Acessos em: 11/08/2023.

¹⁴ Termo cunhado por Rodríguez para caracterizar o que seriam os conflitos de interesses entre os poderes Judiciário

sem Partido”. Em relação ao segundo, o texto foi um prenúncio do que seriam os objetivos de sua atuação no MEC:

Escola sem partido. Esta é uma providência fundamental. O mundo de hoje está submetido, todos sabemos, à tentação totalitária, decorrente de o Estado ocupar todos os espaços, o que tornaria praticamente impossível o exercício da liberdade por parte dos indivíduos. É o velho princípio escolástico da "subsidiariedade", que devemos defender hoje. Ao Estado compete prover aquilo que não pode ser garantido, no convívio social, pelos corpos intermediários. Ora, no contexto destes situa-se a educação familiar. Ela não pode ser substituída pelo Estado. O Pátrio Poder precisa ser preservado. Todos os totalitarismos do século XX partiram para negar esse sagrado poder de a família educar os seus filhos. É a tentação do “politicamente correto” que se esconde hoje, por exemplo, nas propostas da “educação de gênero” (sic) veiculadas pelos gramscianos e outros grupos de inimigos totalitários da liberdade. No nosso país essa mefistofélica proposta está ameaçando as famílias. É uma das desgraças herdadas do lulopetismo, hoje replicada pela esquerda metida a sabichona. Essa proposta conta, aliás, com fortes aliados pelo mundo afora, inclusive dentro da Organização das Nações Unidas, onde a esquerda internacional tem os seus tentáculos. A ideologia de gênero (sic) é uma aberração que se destila desde algumas minorias intelectuais como por exemplo as que na Noruega defendem essa radical visão. Contra o globalismo politicamente correto que adotou a maluca proposta da “educação de gênero” (sic) devemos nos erguer com persistência. Essa maluquice, esse crime contra as nossas famílias, não pode prosperar no Brasil. (RODRIGUÉZ, 2017 s/p, grifo nosso).

Observamos, neste trecho, a explicitação da defesa de uma concepção de Estado liberal e de projeto para a educação do país. Destacamos a presença e a exacerbação de elementos ideológicos associados à estratégia de geração de pânico moral e de medo, correspondente ao que observamos nos processos fascizantes, tais como: o anticomunismo (no ativo reforço da ideia de “inimigos”, que inclui uma determinada ideia de “esquerda”, de “gramscianos” e de “lulopetismo”); a defesa da existência de uma suposta “ideologia de gênero” e de uma “educação de gênero” que ameaçaria “as famílias”; a ideia de sacralização do “pátrio poder”, essencialmente correspondente à defesa de um modelo de família nuclear cisheteropatriarcal e monogâmica, igualmente sacralizada; e a primazia da “educação familiar” em detrimento da educação escolar pública e laica.

Em 2018, depois de receber o convite de Jair Bolsonaro para ser ministro da Educação, ainda antes da posse, Rodríguez sistematizou em texto a sua compreensão sobre o que seria a “tarefa essencial” do MEC:

e Legislativo, onde, segundo ele, o primeiro estaria “contra as instituições republicanas”. Ele se referiu especialmente à atuação do então Procurador Geral da República (PGR), Rodrigo Janot, por supostamente ser “o pior inimigo da Operação Lava Jato”.

[...] recolocar o sistema de ensino básico e fundamental a serviço das pessoas e não como opção burocrática sobranceira aos interesses dos cidadãos, para perpetuar uma *casta* que se enquistou no poder e que pretendia fazer, das Instituições Republicanas, instrumentos para a sua hegemonia política. Ora, essa tarefa de refundação passa por um passo muito simples: enquadrar o MEC no contexto da valorização da educação para a vida e a cidadania a partir dos municípios, que é onde os cidadãos realmente vivem. Acontece que a proliferação de leis e regulamentos sufocou, nas últimas décadas, a vida cidadã, tornando os brasileiros reféns de um sistema de ensino alheio às suas vidas e afinado com a tentativa de impor, à sociedade, *uma doutrinação de índole cientificista e enquistada na ideologia marxista, travestida de "revolução cultural gramsciana", com toda a coorte de invenções deletérias em matéria pedagógica como a educação de gênero (sic), a dialética do "nós contra eles" e uma reescrita da história em função dos interesses dos denominados "intelectuais orgânicos"*, destinada a desmontar os valores tradicionais da nossa sociedade, no que tange à *preservação da vida, da família, da religião*, da cidadania, em soma, do patriotismo. (RODRÍGUEZ, 2018, s/p, grifo nosso).

Neste texto, aos elementos ideológicos destacados anteriormente, vinculados à criação de pânico moral e de medo, típica estratégia fascizante, são acrescentados: o anticientificismo, o antimarxismo, a ideia de defesa e de preservação de uma religião (sem especificá-la) e o patriotismo. Além desses elementos, também destacamos que, em relação ao projeto de educação para o país defendido por Rodríguez, em outro texto publicado em 2019 (quando não era mais ministro), identificamos o registro de sua defesa da “superioridade” das escolas militares (escolas de formação de militares, tal como a Escola de Comando e Estado Maior do Exército, na qual ele leciona) em relação às Universidades públicas. Utilizou argumentos de defesa de princípios do neoliberalismo e do controle e da censura sobre o trabalho docente, apontando que as primeiras seriam “superiores” na “qualidade do ensino” pelo fato da “meritocracia”, que seria “escrupulosamente respeitada nesses Centros”, e pela “força das avaliações regulares a que são submetidos os docentes”, prática que ele defende que deveria ser implementada nas Universidades públicas.¹⁵

Foi a partir desse receituário da ideologia escola sem partido e, de forma mais ampla, do bolsonarismo, que Rodríguez liderou o MEC nos primeiros cem dias do novo governo. Nesse período, o foco de sua atuação foi na tentativa de amortecer de uma ampla crise política interna que girou torno de disputas entre o grupo de militares e o grupo de olavistas e evangélicos que ocupavam cargos do alto escalão do Ministério.

O primeiro, que na ocasião ocupava especialmente cargos nas Secretarias, defendia que a prioridade das políticas educacionais deveria ser a educação à distância, a criação de colégios

¹⁵ Informações obtidas no texto de Rodríguez, “O meu encontro com o pensamento brasileiro”, disponível em <https://pensadordelamancha.blogspot.com/2019/06/o-meu-encontro-com-o-pensamento.html>. Acesso em: 30 jul. 2023.

militares em capitais e a militarização de escolas. O segundo, que na ocasião ocupava cargos de comando em órgãos como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), defendia que a prioridade deveria ser a retirada de supostos representantes “comunistas” do Ministério (incluindo restrições à atuação do Conselho Nacional de Educação), visando a implementação de projetos do tipo escola sem partido, incluindo a reforma ideológica de questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Na tentativa de administrar a crise, pelo menos 14 trocas de cargos foram realizadas pelo ministro (em órgãos e secretarias, incluindo duas trocas oficiais na Secretaria Executiva, dentre quatro nomes anunciados para o mesmo cargo em apenas três meses). Em meio a tais conflitos de interesses, as estratégias de Rodríguez não foram suficientes para articular uma resolução que atenuasse a crise interna. Consideramos que isso contribuiu para a sua exoneração do MEC. Os outros motivos estão relacionados às declarações públicas que repercutiram negativamente a nível nacional e às medidas do Ministério que também contribuíram para a instabilidade política.

Em relação às declarações que ganharam ampla repercussão, destacamos: i) o discurso, em entrevista ao jornal Valor Econômico (RODRÍGUEZ, 2019a), de que o ministério deveria orientar para a modificação da abordagem sobre a ditadura militar e o golpe de 1964 nos livros didáticos (o que configuraria uma revisão dos livros didáticos nas bases do negacionismo histórico com a retirada das noções de “golpe” e de “ditadura”); ii) o discurso, em entrevista à Revista Veja (RODRÍGUEZ, 2019b), de que o brasileiro seria um “canibal” quando viaja ao exterior (Ibid.); iii) a declaração, na mesma entrevista, de que pretendia implementar o retorno da disciplina moral e cívica (marca da ditadura civil-militar brasileira) nas escolas públicas (Ibid.); e iv) a fala, na mesma entrevista, de que o sistema de cotas para acesso às Universidades públicas deveria acabar, que deveriam ser instituídas mensalidades nas Universidades e que estas não seriam instituições “para todos” (Ibid.).

Em relação às medidas do Ministério que contribuíram para a instabilidade política, destacamos: i) a publicação (e posterior anulação) de edital para compra de livros escolares que retirava (em comparação a editais anteriores) a exigência de que as obras deveriam garantir a representação de diversidade étnico-racial e perspectivas de combate à violência contra a mulher, além de possibilitar a compra de livros que apresentassem erros e propagandas comerciais; ii) as controvérsias em relação à avaliação em larga escala da alfabetização, uma vez que a Avaliação

Nacional da Alfabetização (ANA) foi anulada e a atribuição foi transferida para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) sem que fosse publicada uma nova regulamentação, deixando a avaliação nacional da alfabetização sem qualquer diretriz ou resolução; e iii) a solicitação às escolas para que filmassem alunos cantando o Hino Nacional e enviassem os vídeos ao MEC (uma prática que, uma vez instituída, feriria a autonomia das instituições escolares e o veto de divulgação de imagem de crianças e adolescentes sem a autorização dos responsáveis legais, estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente), através de uma carta que continha no texto o então slogan do governo federal “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”.¹⁶

Assim, o presidente Jair Bolsonaro exonerou Rodríguez e nomeou o economista e investidor do mercado financeiro, também olavista, Abraham Weintraub – que anteriormente ocupava o cargo de secretário-executivo do Ministério da Casa Civil, indicado pelo evangélico, luterano, Onyx Lorenzoni, desde a composição da equipe de transição de governo.¹⁷ Ele teve o nome publicado no DOU em 09 de abril de 2019 e permaneceu no cargo até 19 de junho de 2020, quando o MEC passou por outra crise interna e externa diante dos desdobramentos da condução negacionista das políticas de governo referentes à pandemia da covid-19.

Na condução do Ministério feita por Weintraub, antes da pandemia, observamos a implementação de políticas educacionais de maneira mais coesa e conciliadora com os interesses da base bolsonarista, o que resultou no amortecimento dos conflitos anteriores que envolviam o grupo de militares e o grupo de olavistas e evangélicos. Consideramos que, do ponto de vista tático, duas ações de governo foram particularmente cruciais para forjar essa unidade.

A primeira ação foi a participação na articulação em defesa da regulamentação da política de Educação Domiciliar (ED), também conhecida como *homeschooling*. O MEC participou diretamente através do PL nº 2401/19, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, com o texto da “exposição de motivos” assinada pela ministra Damares Alves, do MMFDH e pelo próprio

¹⁶ Informações sobre o edital publicado e anulado, referente à compra de livros didáticos, obtidas em “Ministro anula mudança em edital que permitiria livros escolares com erros e propagandas”, disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/01/09/ministro-anula-alteracao-em-edital-que-retirava-exigencia-de-livro-escolar-sem-erro-de-revisao.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2023. As demais informações foram obtidas em “Entenda a crise do Ministério da Educação em 4 pontos” disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/03/29/entenda-a-criese-no-ministerio-da-educacao-em-4-pontos.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2023.

¹⁷ Informação sobre a indicação feita por Onyx Lorenzoni obtida em “Bolsonaro demite Vélz e nomeia Abraham Weintraub como ministro da Educação”, disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/08/planalto-anuncia-demissao-de-ricardo-velez-rodriguez-do-ministerio-da-educacao.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Weintraub.¹⁸ Ou seja, diante da necessidade de modificar diversos dispositivos legais para a regulamentação e implementação dessa política, o MEC colocou-se como um de seus alicerces, buscando intervir nos rumos do poder Legislativo. Essa ação correspondeu aos interesses do grupo de olavistas e evangélicos.

A segunda ação foi o lançamento, em setembro de 2019, do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, a partir do Decreto nº 10.004, como uma forma de ampliar nacionalmente o processo de militarização das escolas através da atuação das Forças Armadas – processo que já estava em curso em todo o país via políticas de governos municipais e estaduais em parceria com as polícias militares. Desde o primeiro mês de governo, o MEC concentrou recursos e voltou-se para essa política através da criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares no Ministério da Educação. Inicialmente, a Subsecretaria elaborou um programa para a militarização de 108 escolas públicas e, depois, duplicou o alcance e lançou o Programa (para 216 escolas, com cronograma de implementação de 56 por ano até 2023), em parceria com o Ministério da Defesa.¹⁹ O lançamento do Programa e os desdobramentos da relacionados à implementação da política – que continuou a transcorrer nos anos seguintes do governo – correspondeu, preponderantemente, aos interesses do grupo de militares aliados ao governo e, ao mesmo tempo, aos interesses do grupo de evangélicos expressos no documento Manifesto à Nação (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2018).

É importante resgatar a compreensão sobre a ideologia e os interesses econômicos contidos na defesa e na realização da militarização das escolas públicas. Em Colombo (2018), compreendemos a militarização das escolas como uma política circunscrita na ideologia escola sem partido, associada a outras duas: a privatização ampliada e a própria Educação Domiciliar (ED). Tal estudo identificou que os APHs empresariais organizados em torno dessa ideologia, que formam o que chamamos de frente liberal-ultraconservadora na educação, utilizam o seguinte argumento retórico para a sua defesa: de que estas escolas deveriam estar no âmbito das ofertas disponíveis para a escolha das famílias (dentro da perspectiva liberal de escolha) pois, caso estas não quisessem optar por uma escola privada e tampouco pela ED, poderiam recorrer às escolas militarizadas e, por isso, o Estado deveria garantir a oferta de escolas desse modelo em áreas que

¹⁸ Foi apensado ao PL nº 3179/2012, que visa alterar artigos do ECA e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), regulamentando a ED. Nos termos do PL, o Estado passaria a ser responsável apenas por certificar anualmente as crianças e jovens.

¹⁹ Informações obtidas na aba “Apresentação” no site do Programa, em <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/#o-programa>; hoje indisponível. Acesso em: 17 ago. 2021.

não fossem de interesse de investimento do mercado.

Através do mesmo estudo, compreendemos também que tais organizações difundem a ideia de que as escolas militarizadas garantiriam, através do treinamento e da disciplina, a reconexão com os valores cívicos e morais, assim como os valores da família que teriam sido destruídos pela doutrinação marxista e pela ideologia de gênero através das escolas. Diante disso, compreendemos que nessas escolas existe um projeto explícito de doutrinação conservador e liberal, visando conter justamente a formação crítica, nos marcos da ideologia escola sem partido, sob um renovado regime de controle e coerção sobre os trabalhadores da educação e estudantes. Dessa maneira, está posto um elemento importante pra compreender o avanço da política de militarização e as estratégias utilizadas em torno da sua implementação: não é do interesse das organizações liberais-ultraconservadoras e reacionárias que compõe essa frente que todas as escolas públicas do país sejam militarizadas, tampouco haveria estrutura das Forças Armadas e Polícias Militares para isso. Como é possível observar, ela é uma política combinada à privatização (em sentido ampliado, através de um conjunto de políticas) e à ED, além de servir de modelo político-pedagógico para escolas não militarizadas.

Assim, o movimento de ampliação e expansão da militarização das escolas, à nível nacional, ocorreu com o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (Pecim), realizado por este e pelos subsequentes representantes dos interesses do segmento evangélico que dirigiram o MEC no período. Em relação aos elementos fascistizantes presentes na concepção e na implementação dessas escolas, também presentes no projeto bolsonarista de fascistização, destacam-se: a construção do mito da nação como valor supremo; o nacionalismo defensivo; o militarismo; o armamentismo; o patriotismo; o liberalismo/conservadorismo; o uso de métodos modernos de propaganda; a veneração ao líder/mito; o conspiracionismo; a direção do grande capital financeiro; e a ideologia escola sem partido. (COLOMBO, 2023).

No ano seguinte, durante a gestão de Weintraub no período da pandemia, observamos a continuidade do relativo amortecimento dos conflitos entre o grupo de militares e o grupo de olavistas e evangélicos no âmbito do MEC. Esses, se mantiveram concentrados em apoiar o então presidente em relação às medidas negacionistas relativas à pandemia²⁰.

No mesmo período, observamos um aumento gradual da atuação de representantes da frente social-liberal através do partido empresarial Todos Pela Educação (TPE), especialmente a

²⁰ Sobre o negacionismo científico no período da pandemia como estratégia de fascistização, ver Calil (2020, 2021b).

partir da atuação via Conselho Nacional de Educação (CNE), que é um órgão oficial de assessoramento do Ministério. O Conselho tem o total de 24 membros, sendo 22 com mandatos de quatro anos, nomeados pela Presidência da República, prorrogáveis por mais dois, e 2 membros natos, que são os secretários da Educação Básica e da Educação Superior do MEC no período em que estão à frente das secretarias. Destacamos, ainda, que a representação dos interesses do TPE já ocorria no CNE, através de integrantes associados, em políticas anteriores – das quais destacamos a elaboração e aprovação da nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC) – estruturadas e aparelhadas, por sua vez, a partir de demandas e orientações do grande capital para a formação da classe trabalhadora no país – orientações, por sua vez, gestadas em organismos internacionais tais como a OCDE e o BM.

A partir de 15 de março de 2020, com a suspensão das aulas presenciais em todo o país em decorrência da necessidade de isolamento social imposta pela pandemia, o TPE passou a atuar na liderança das diretrizes das políticas através de pareceres com orientações para o MEC, elaborados e publicados via CNE. Destacamos que essas diretrizes não foram formuladas a partir de demandas dos trabalhadores da educação, mas da orientação de organismos como a OCDE e o BM, que recomendaram, a partir de interesses empresariais, “a revisão dos marcos regulatórios do ensino a distância, de forma que os pacotes de ensino remoto de entidades empresariais sejam reconhecidos como uma alternativa à instrução presencial na contagem dos dias letivos.” (COLEMARX, 2020, p. 9). Assim, o CNE estabeleceu diretrizes para a reorganização do calendário escolar, para o que foi denominado como “ensino remoto emergencial” (ensino não presencial), posteriormente, para a volta às aulas presenciais ainda durante a pandemia da covid-19.

Ao mesmo tempo em que a atuação da frente social-liberal avançava via CNE, a base conservadora de Jair Bolsonaro continuava a manter sua representação no MEC. Consideramos que foi nesse contexto, percebendo o papel que poderia desempenhar também através do CNE, que a frente liberal-ultraconservadora passou a disputar estrategicamente a sua ocupação. Desse modo, antes de sair do comando do Ministério, Weintraub indicou 7 dos 11 novos nomes do Conselho (o que representou cerca de um terço da renovação do órgão), que foram aprovados através de decreto assinado por Jair Bolsonaro. Destacamos que a maior parte dos nomes aprovados foram de ex-alunos ou pessoas próximas à Olavo de Carvalho, representantes vinculados ao movimento Escola Sem Partido (que defendem, especialmente a Educação

Domiciliar) e defensores da ampliação da Educação à Distância (EAD) no Ensino Básico e no Superior. Tal ato de nomeação gerou conflito com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), que até então tinham vagas no CNE.²¹

Com a repercussão nacional de diversos escândalos envolvendo discursos racistas e xenófobos, a permanência de Weintraub tornou-se insustentável – ainda que correspondesse aos interesses da base e das lideranças bolsonaristas. O caso que mais nos chamou a atenção foi o de racismo contra chineses, em abril de 2020, quando, através de uma rede social pessoal, o então ministro indicou que a China estaria se beneficiando economicamente, intencionalmente, da crise decorrente da pandemia, e que isso faria parte de um plano de “dominar o mundo” – cabe lembrar que, em março do mesmo ano, em uma rede social, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (na época, pelo PSL/SP), também escreveu que a “culpa” da pandemia seria da China.²²

Diante de uma crise política diplomática com a China e pela iminência de sua prisão em decorrência das investigações no inquérito das *fake News* – aberto pelo STF para a investigação de disseminação de conteúdo falso na internet STF – Weintraub organizou o passo a passo de sua saída do MEC, burlando decreto do então presidente estadunidense, Donald Trump, com o apoio de Jair Bolsonaro. Ou seja, ele entrou nos Estados Unidos com seu passaporte diplomático – o que, naquele momento, era permitido como exceção para membros de governo, uma vez que o país proibiu, via decreto, a entrada de egressos do Brasil como medida protetiva à covid-19 – e, apenas depois de desembarcar, foi oficialmente exonerado.²³ Nos Estados Unidos, quintuplicou seu salário ao se tornar diretor-executivo do Banco Mundial (como representante do Brasil no Conselho de Diretores Executivos, indicado pelo governo federal).²⁴

²¹ Dados sobre a nova composição do CNE obtidos através de Decretos de 09 de julho de 2020, publicados no DOU em 10 de julho de 2020, disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decretos-de-9-de-julho-de-2020-266135929>, e na reportagem do Portal G1, “Bolsonaro nomeia integrantes para o Conselho Nacional de Educação, e deixa de fora representantes da rede pública estadual e municipal”, disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/10/bolsonaro-nomeia-integrantes-para-o-conselho-nacional-de-educacao-com-consed-e-undime-fora-da-lista.ghtml>. Acessos em: 11 e 12 ago. /2023, respectivamente.

²² Dados sobre o conflito com a China obtidos em “STF abre inquérito para investigar suposto racismo contra chineses”, disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/29/stf-abre-inquerito-para-investigar-weintraub-por-suposto-racismo-contra-chineses.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2023.

²³ Informações sobre a saída de Weintraub do Brasil obtidas em “Bolsonaro burla decreto de Trump que proíbe entrada nos EUA devido à covid-19 para contrabandear Abraham Weintraub para o país”, disponível em <https://www.intercept.com.br/2020/06/20/bolsonaro-frauda-decreto-de-trump-que-proibe-entrada-nos-eua-devido-a-covid-19-para-contrabandear-abraham-weintraub-para-o-pais/>. Acesso em: 30 jul. 2020.

²⁴ Dados sobre ida de Weintraub para o Banco Mundial obtidos em “Weintraub quintuplicará salário no Banco Mundial”, disponível em <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/weintraub-quintuplicara-salario-no->

Assim, a partir de 20 de junho de 2020, o cargo de ministro foi deixado em aberto para posterior nomeação e Antonio Paulo Vogel de Medeiros, então Secretário-Executivo desde a posse de Weintraub, assumiu o comando como ministro interino. Antes, Medeiros – formado em Economia (UFRJ) e Advocacia (UnB), servidor público (Auditor federal de Finanças e Controle), ex-consultor do BM e diretor da empresa IRB Brasil Resseguros – era secretário-executivo adjunto do Ministério da Casa Civil (no período em que Weintraub foi o secretário-executivo).²⁵

Nesse vácuo, o grupo de militares do governo indicou o economista Carlos Alberto Decotelli para a liderança do MEC. Evangélico (presbiteriano) e militar da reserva da Marinha, ele atuou ativamente nas reuniões de transição do Ministério e, posteriormente, ocupou presidência do FNDE entre fevereiro e agosto de 2019 – anteriormente, coordenou atividades formativas na Escola Naval de Guerra. Ele chegou a ser nomeado por Jair Bolsonaro, mas não teve seu nome publicado no Diário Oficial da União (DOU). Isso ocorreu porque jornais da grande mídia apuraram que as titulações declaradas pelo novo ministro na Plataforma Lattes eram falsas.²⁶

Após os escândalos de falsidade ideológica, o grupo de olavistas do governo e parte do segmento evangélico pressionou Jair Bolsonaro pela indicação de outro nome. O pastor Silas Malafaia, por exemplo, líder da igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo (poderosa vertente neopentecostalizada da AD), conhecido aliado bolsonarista, falou diretamente com o então presidente por telefone para pressionar pela saída de Decotelli. Depois, o mesmo grupo tentou indicar para o cargo o então reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), Anderson Correia, também evangélico (batista), então ex-presidente da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); indicação que não foi contemplada.

Nesse ínterim, foi divulgado um convite oficial a Renato Feder, liberal do setor privatista conhecido por sua gestão na Secretaria Estadual de Educação do Paraná, na gestão de Ratinho Júnior (PSD/PR). Tanto o grupo de militares quanto o grupo de olavistas e evangélicos fizeram uma ampla campanha de rejeição do nome de Feder nas redes sociais, considerando que o mesmo seria inadequado por sua ligação anterior com o governador João Dória (PSDB/SP) e a

[banco-mundial-1-24486398](#). Acesso em: 15 ago. 2023.

²⁵ Dados sobre Vogel obtidos no site do MEC, em <http://portal.mec.gov.br/secretaria-executiva/o-secretario-se>; hoje indisponível. Acesso em 21 jun. 2020.

²⁶ Dados sobre as falsas declarações de Decotelli obtidas em “Entenda as polêmicas sobre os títulos acadêmicos do novo ministro da Educação, Carlos Alberto Decotelli”, disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/29/entenda-as-polemicas-sobre-os-titulos-academicos-do-novo-ministro-da-educacao-carlos-alberto-decotelli.ghml>. Acesso em 12 ago. 2023.

proximidade com o grupo empresarial Lemann. Em decorrência da rejeição, Feder, que havia aceitado o convite, publicou em uma rede social pessoal que não assumiria o cargo.²⁷

Por fim, seguindo os interesses de parte do segmento evangélico, foi feita a nomeação de Milton Ribeiro, pastor da Igreja Presbiteriana Jardim de Oração (de Santos, SP), professor, teólogo, advogado e militar da reserva do Exército, seguida de publicação no DOU em 16 de julho de 2020. A escolha pelo nome do pastor, adepto e difusor do criacionismo, ocorreu a partir da indicação do evangélico ultraconservador André Mendonça (então ministro da Justiça, atualmente ministro do STF, indicado por Jair Bolsonaro), também presbiteriano.

Na época, Ribeiro integrava a Comissão de Ética da Presidência da República (desde maio do ano anterior) e era membro do Conselho Deliberativo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), na qual cursou mestrado, depois se tornou professor e ocupou o cargo de vice-reitor por um período. Destacamos que o Grupo Mackenzie (ou Instituto Presbiteriano Mackenzie, IPM) integra a frente liberal-ultraconservadora através de um *think tank* próprio (um APHe de novo tipo), o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica (CMLE), criado em 2016 a partir do IPM e da UPM. Esse APH atua como elo na coligação direta do Grupo Mackenzie com outros APHs através de associação em nível transnacional, via Atlas Network, e nacional, via Rede Liberdade. Como orientação ideológica, o CMLE se apresenta como uma organização cristã associada às ideias de pensadores da Escola Austríaca de Economia e da Escola de Chicago. (COLOMBO, 2018).

Destacamos essa relação com o Grupo Mackenzie tendo em vista que a relação deste grupo empresarial (e religioso) com Jair Bolsonaro não surgiu com as nomeações para cargos no MEC, mas remonta à própria origem do programa de governo bolsonarista. Em 2016, o então diretor-executivo do recém-criado CMLE, Bernardo Santoro, professor da UPM, na época também presidente do Instituto Liberal (2013-2016), secretário-geral do partido Patriota, ex-membro do MBL, era assessor de Jair Bolsonaro, então deputado federal (COLOMBO, 2018). Segundo o levantamento dos sociólogos Rocha e Puglia (2019), Santoro foi responsável pela aproximação mais estreita da família Bolsonaro com o receituário ideológico da Escola Austríaca

²⁷ Dados sobre as disputas de nomes para o MEC neste período obtidas em “Bolsonaro adia decisão sobre ministro da Educação e candidatos buscam apoio”, disponível em <https://www.estadao.com.br/educacao/bolsonaro-adia-decisao-sobre-ministro-e-candidatos-buscam-apoio/>, e em “Ministro Decotelli cai por maquiagem currículo e reforça pessimismo sobre o futuro da Educação”, disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-01/ministro-decatelli-cai-por-maquiagem-curriculo-e-reforca-pessimismo-sobre-o-futuro-da-educacao-sob-bolsonaro.html>. Acessos em: 10 set. 2020.

de Economia e por apresentar o então deputado federal a um grupo de economistas liberais-conservadores, que passaram a também assessorá-lo em um processo que culminou na construção do programa da candidatura das eleições de 2018.

Sob o influxo desse conglomerado de APHs empresariais e outros coligados, em sua gestão, Ribeiro deu prosseguimento às políticas implementadas por Weintraub, das quais destacamos, mais uma vez, a defesa da regulamentação da Educação Domiciliar (ED), de forma a agradar o grupo de olavistas e evangélicos, e a continuidade do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Para a primeira, foi realizada uma campanha do MEC, com o lançamento da cartilha “Educação Domiciliar: um direito humano tanto dos pais quanto dos filhos”, em 28 de maio de 2021. Em suas 20 páginas, o documento explica a política, apresenta argumentos a favor da regulamentação e exemplos de iniciativas pelo país, além de utilizar a pandemia da covid-19 como se fosse um fator de aumento da necessidade da regulamentação. Ainda, apresenta os PLs em tramitação na Câmara, defendendo a provação.

Para a segunda política, foi dada a continuidade e a ampliação do Pecim, através da manutenção do financiamento e do lançamento de diversas publicações oficiais, incluindo a 2ª Edição do documento de “Diretrizes” (reformulado a partir das críticas que foram feitas à 1ª Edição, lançado em forma de “Manual”). Além da continuidade de tais políticas, assim como os ministros anteriores, proferiu discursos fundamentalistas e contrários à direitos de pessoas LGBTQIAPN+ (que resultaram, inclusive, em denúncia da PGR ao STF por crime de homofobia).

Contudo, o que sublinhamos em nossa análise não foi a habilidade do ministro de renovar as políticas anteriores (que agradaram ambos os grupos do governo), mas a comprovação de sua capacidade de ampliar as formas de uso da ossatura do Estado, em sentidos criminosos (ilegais), para beneficiar diretamente, financeiramente, determinadas instituições religiosas. O esquema, exposto nas matérias investigativas do jornal Estadão, em 18 de março de 2022, e do jornal Folha de S. Paulo, em 21 de março de 2022, consistia na operação de propinas para liberação de recursos públicos do FNDE para prefeituras, através de tráfico de influência e corrupção envolvendo o nome de Jair Bolsonaro e ficou conhecido popularmente como “Bolsolão do MEC”.²⁸

²⁸ Reportagem do jornal Estadão, de Breno Pires, Felipe Frazão e Julia Affonso, “Gabinete paralelo de pastores controla agenda e verba do Ministério da Educação”, publicada em 18 de março de 2022, disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/pastores-controlam-agenda-e-liberacao-de-dinheiro-no-ministerio-da-educacao/>;

Segundo o que foi revelado nas matérias, através da análise de documentos e áudios de gravações de reuniões do então ministro, o governo federal priorizava (ao menos desde janeiro de 2021) a liberação de verba para as prefeituras cujos pedidos eram feitos pela intermediação de dois pastores, a saber: Gilmar Silva dos Santos, líder da igreja Assembleia de Deus Cristo Para Todos (vertente da Assembleia de Deus), coordenador do Instituto Tecnológico Cristo para Todos (ITCT) e presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil (CONIMADB), e Arilton Moura, assessor de Assuntos Políticos da mesma Convenção. Esses, que não tinham cargo no governo federal, realizavam reuniões e participavam de eventos oficiais e não oficiais diretamente com Jair Bolsonaro e/ou com Milton Ribeiro desde o primeiro ano de governo. Nesse âmbito, as matérias também revelaram que, além da intermediação direta para o favorecimento de determinadas prefeituras e empresários, a atuação dos pastores também configurava um aparelhamento ideológico do gabinete do ministro, configurando a função de um “gabinete paralelo” que controlava “agenda e verba do ministério”. Além do favorecimento do aparelhamento a instituições religiosas e prefeituras vinculadas à Assembleia de Deus, destacamos a prevalência de prefeituras do partido Progressistas, do Partido Liberal (PL) e do Republicanos:

O Estadão identificou a presença dos dois [pastores] em 22 agendas oficiais no MEC, 19 delas com o ministro, nos últimos 15 meses. Algumas são descritas como “alinhamento político” na agenda oficial de Ribeiro [...]. Os pastores operam em duas frentes: levam prefeitos a Brasília, participando de encontros no MEC, e acompanham o ministro em viagens pelo País. [...] Os pastores atuam especialmente na intermediação entre a pasta e prefeitos do Progressistas, do PL e do Republicanos, legendas que integram o núcleo duro do Centrão. O bloco de partidos comanda o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O órgão que concentra os recursos do ministério é presidido por Marcelo Ponte, ex-assessor do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, chefe do Progressistas. [...] (PIRES, FRAZÃO e AFFONSO, 2021, s/p).

Dias após o escândalo, o pastor foi exonerado do Ministério e quem assumiu foi o então secretário-executivo, Victor Godoy Veiga, em 29 de março de 2022. A denúncia do “Bolsolão do MEC” pelos jornais também fez com que uma investigação fosse aberta no âmbito da Polícia Federal, denominada Operação Acesso Pago. A operação resultou na prisão preventiva do então ex-ministro em 22 de junho de 2022 (pelos crimes de corrupção passiva, prevaricação, advocacia

reportagem do jornal Folha de S. Paulo, de Paulo Saldaña, “Ministro da Educação diz priorizar amigos de pastor a pedido de Bolsonaro; ouça áudio”, publicada em 21 de março de 2021, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/ministro-da-educacao-diz-priorizar-amigos-de-pastor-a-pedido-de-bolsonaro-ouca-audio.shtml>. Acessos em: 25 mar. 2022.

administrativa e tráfico de influência), assim como dos dois outros pastores envolvidos diretamente no esquema de corrupção. O caso foi para o STF, onde, a pedidos do MPF, também foi incluída a investigação de interferência ilícita por parte de Jair Bolsonaro (a partir de indícios de um possível vazamento da operação policial, que teria favorecido Ribeiro).

O último ministro da Educação do governo bolsonarista, Victor Godoy, deu prosseguimento às mesmas políticas baseadas especialmente nos interesses do grupo de militares (a execução e o alargamento do Pecim) e do grupo de olavistas e evangélicos (continuidade do apoio à regulamentação da Educação Domiciliar).

Por fim, destacamos alguns cargos ocupados em secretarias e órgãos estratégicos do MEC, considerados espaços privilegiados para o impulsionamento das políticas educacionais contidas nesse projeto de hegemonia liberal-ultraconservador, reacionário, fundamentalista e fascistizante.

Enquanto a maior parte das secretarias passou por diversas trocas, especialmente nas circunstâncias de trocas de ministros, a Secretaria de Alfabetização (SEALF) não sofreu alteração em sua liderança ao longo de todo o governo bolsonarista: esse representante da frente liberal-ultraconservadora foi Carlos Francisco de Paula Nadalim (católico, fundamentalista). Segundo o currículo disponibilizado no site do MEC, ele é graduado em Direito e tem mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Londrina, criador e produtor do site “Como Educar Seus Filhos”, de orientação religiosa católica. Em nosso levantamento no site, que funcionou de 2014 a 2021, identificamos a divulgação de cursos e a disponibilidade de materiais voltados à Educação Domiciliar e ao que chamam de “Catequese Domiciliar”.²⁹ Ou seja, durante toda a gestão bolsonarista, a SEALF, uma secretaria estratégica do MEC por ser responsável pela idealização e pelos recursos voltados aos programas de formação de professores, foi liderada por um intelectual orgânico formulador, sistematizador e difusor da Educação Domiciliar.

Outro cargo estratégico foi a nomeação feita por Milton Ribeiro para coordenação de materiais didáticos: a ultraconservadora, evangélica (da Igreja Batista), Sandra Lima de Vasconcelos Ramos, doutora em educação pela Universidade Federal do Piauí. Segundo a socióloga Magali Cunha, Ramos é ligada ao movimento Escola Sem Partido e atuou nas disputas envolvendo a BNCC desde 2018, ao lado de Damares Alves, defendendo uma revisão do documento da Base “sob a ‘perspectiva cristã’” e “introdução da teoria criacionista para o estudo

²⁹ Dados obtidos no site “Como Educar Seus Filhos”, disponível até 2021 em <http://comoeducarseusfilhos.com.br/blog/>. Acesso em: 30 out. 2020.

da Biologia” (CUNHA, 2021, s/p).

Em relação à CAPES, órgão responsável por fomentos para a pesquisa científica dos Programas de Pós-Graduação em Universidades, que passou por diversas mudanças. O primeiro presidente foi Anderson Correia, engenheiro, membro da Igreja Batista, reitor do ITA (desde 2016). Após a entrada de Weintraub, ele pediu exoneração. Com a saída de Correia, quem assumiu foi Benedito Guimarães Aguiar Neto, também engenheiro, presbiteriano, adepto e difusor do criacionismo, até então reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde ocupava o cargo desde 2011 – com quem o pastor Milton Ribeiro, na época, foi vice-reitor. Com a entrada de Ribeiro na liderança do MEC, Aguiar foi exonerado (não obtivemos informações sobre a motivação dessa ação). Quem foi nomeada em seguida foi Cláudia Mansani Queda de Toledo, então reitora do Centro Universitário Bauru (instituição de ensino privada, cuja sua família é proprietária), onde Milton Ribeiro graduou-se em Direito em 1990; nomeada sem o apoio direto do segmento evangélico. O órgão passou por uma grande crise política em sua gestão, especialmente no final de 2021, que resultou no pedido de exoneração simultâneo de 114 pesquisadores. Não obstante, Toledo foi mantida no cargo até o final do governo bolsonarista.

Por último, em relação ao Conselho Nacional de Educação, além da nomeação dos novos membros em 2020, Jair Bolsonaro nomeou novos nove membros no final de seu governo, em novembro de 2022. Dentre os indicados, estava Elizabeth Guedes, irmã do ministro da Economia, Paulo Guedes, e presidente de Associação Nacional das Universidades Particulares. Além dela, na lista estavam outros representantes de instituições de ensino privadas e ex-secretários do MEC do período das gestões de Weintraub, Ribeiro e Godoy.³⁰

CONCLUSÕES

Na perspectiva da indissociabilidade entre teoria e método, foi possível observar que os interesses ideológicos liberais-ultraconservadores estiveram permanentemente presentes na atuação dos intelectuais orgânicos que estiveram na direção política do Ministério da Educação (MEC), que ajustaram as políticas educacionais de forma a acomodar o conjunto de forças que constituem o bolsonarismo (ultraliberais, militares, olavista e evangélicos). Identificamos que os

³⁰ Informações obtidas em “Bolsonaro nomeia nove membros incluindo irmã de Paulo Guedes para o Conselho Nacional de Educação”; disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/11/08/bolsonaro-nomeia-nove-membros-incluindo-irma-de-paulo-guedes-para-o-conselho-nacional-de-educacao.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2023.

argumentos de “defesa da família” e de combate à suposta “ideologia de gênero”, ancorados na perspectiva religiosa cristã fundamentalista e associados ao “anticomunismo”, foram utilizados pelos intelectuais evangélicos para justificar políticas que supostamente seriam necessárias ao front da “guerra espiritual” permanente (adensada pela Teologia do Domínio). Desse modo, podemos considerar que, nas disputas envolvendo as relações de construção da hegemonia, esses elementos ideológicos da nova pedagogia da hegemonia evangélica – “defesa da família”, combate à suposta “ideologia de gênero” e o “anticomunismo”, ajustados aos interesses da nova sociabilidade neoliberal e de novas estratégias de atuação no âmbito do Estado ampliado – cumpriram uma função formativa e mobilizadora para a adesão ao projeto bolsonarista de fascistização através da atuação via MEC (sociedade política). Dentre as políticas educacionais, destacaram-se como prioridades, no período do governo bolsonarista, a militarização das escolas e a Educação Domiciliar. Delas, no período analisado, depreendemos a interface da nova pedagogia da hegemonia evangélica e do projeto bolsonarista de fascistização.

REFERÊNCIAS

CALIL, Gilberto. **O negacionismo da pandemia como estratégia de fascistização**. Materialismo Storico, v. 9, p. 70-122, 2020.

_____. **Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita**. Argumentum (VITÓRIA), v. 13, p. 64-82, 2021a.

_____. **A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista**. Ser. Soc. São Paulo, nº 140, p. 30-47, jan./abr. 2021b.

CASIMIRO, Flavio. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

COLEMARX. **Revista “Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas”**, 2020. Disponível em: <<https://colemarx.educacao.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/09/Colemarx-texto-cri%CC%81tico-EaD-2.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

COLOMBO, Luiza. **A Frente Liberal Ultraconservadora no Brasil: reflexões sobre e para**

além do “movimento” Escola Sem Partido. Dissertação (mestrado em Educação). UFRRJ/Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. 2018.

_____. **A Nova Pedagogia da Hegemonia Evangélica e o Projeto Bolsonarista de Fascistização: a interface nas políticas de militarização das escolas e de Educação Domiciliar (2019-2022).** Tese (Doutorado em Educação). UFRRJ/Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. 2023.

CUNHA, Magali. **O Protagonismo evangélico no Poder Executivo – Parte 2: O segundo escalão de ministérios-chave.** 2021. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/o-protagonismo-evangelico-no-poder-executivo-parte-2/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. **Manifesto à Nação: o Brasil para os brasileiros.** Câmara dos Deputados. 2018. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere: Maquiavel / Notas sobre o Estado e a Política.** V.3. 10^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

HOELEVER, Rejane. **A reorganização da extrema direita latino-americana no ascenso bolsonarista: fóruns e redes organizativas.** In: FARIA, Fabiano, MARQUES, Luiz Mauro (Orgs.). **Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador.** Sobral: CE: Sertão Cult, 2020.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo.** 2^a Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LÖWY, Michael. **Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro.** In: FARIA, Fabiano, MARQUES, Luiz Mauro (Orgs.). **Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador.** Sobral: CE: Sertão Cult, 2020.

MARIANO, Ricardo. **Guerra espiritual: o protagonismo do diabo nos cultos neopentecostais.** Debates do NER, Porto Alegre, ano 4, n. 4, jul., 2003.

_____. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MENDONÇA, Sonia Regina. **O Estado ampliado como ferramenta metodológica**. Revista Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan./jul. 2014.

OLAVO DE CARVALHO. **Facebook**. Reprodução obtida na reportagem “Frente evangélica protesta contra indicação de Mozart Ramos”, de Catraca Livre, em 21 nov. 2018. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/frente-evangelica-protesta-contraindicacao-de-mozart-ramos/>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PENNA, Fernando; SALLES, Diogo. A dupla certidão de nascimento do Escola Sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: **Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos**. MUNIZ e LEAL (orgs.). Fortaleza: EdUECE, 2017.

PIRES, Breno; FRAZÃO, Felipe; AFFONSO, Júlia. Gabinete paralelo de pastores controla agenda e verba do Ministério da Educação. Jornal Estadão, em 18 mar. 2022. Disponível em <<https://www.estadao.com.br/politica/pastores-controlam-agenda-e-liberacao-de-dinheiro-no-ministerio-da-educacao/>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e Ditadura: a III internacional face ao fascismo**. Florianópolis, SC: Enunciado Publicações, 2021.

ROCHA, Camila; PUGLIA, Leo. Os ideólogos de Jair Bolsonaro. Em Le Monde Diplomatique Brasil, em 31 jan. 2019. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/os-ideologos-de-jair-bolsonaro/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

RODRÍGUEZ, Ricardo. **Independência: Escola Sem Partido, República do Bambu**. Publicação em seu blog pessoal, em 05 set. 2017. Disponível em: <<https://pensadordelamancha.blogspot.com/2017/09/independencia-escola-sem-partido.html>>. Acesso em: 30 jun. 2023

_____. **Um roteiro para o MEC**. Publicação em seu blog pessoal, em 07 nov. 2018. Disponível em: <<https://pensadordelamancha.blogspot.com/2018/11/um-roteiro-para-o-mec.html>>. Acesso em: 30 jun. 2023.

_____. **Entrevista concedida ao jornal Valor Econômico**. Obtida através da reportagem “Vélez quer alterar livros didáticos para ‘resgatar visão’ sobre golpe”, em 03 abr. 2019. 2019a.

Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/04/03/velez-quer-alterar-livros-didaticos-para-resgatar-visao-sobre-golpe.ghml>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

_____. **Entrevista concedida à Revista Veja.** obtida através da reportagem “Faxina Ideológica”, em 01 fev. 2019. 2019b. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/revista-veja/faxina-ideologica>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RONALDO NOGUEIRA. **Entrevista.** Obtida na reportagem “Mozart Neves será o ministro de educação de Bolsonaro”, do jornal Estadão, em 21 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/educacao/blog-renata-cafardo/mozart-neves-sera-o-ministro-de-educacao-de-bolsonaro/>>